

XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



RELIGIÃO NO LIVRO DIDÁTICO BURITI MAIS HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

¹ SANTOS, Daniela da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o livro didático Buriti Mais História do 5º ano do Ensino fundamental. O propósito deste artigo é analisar a temática referente a religião inserida no livro didático e se constam, a partir da lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, informações sobre a África e a cultura afro brasileira no aspecto religioso. Como referencial metodológico teórico será utilizado as reflexões da Escola Italiana de História das Religiões, dentre outros autores. As análises prévias do material sugerem que houve abordagem de temas relativos a diversidade religiosa após a lei, como religiões milenares da África e apontamentos sobre o respeito às religiões e a tolerância religiosa.

Palavras-chave: Religião, Diversidade religiosa, África, Cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

The present work has as its object of study the textbook Buriti Mais História of the 5th year of elementary school. The purpose of this article is to analyze the theme referring to religion included in the textbook and, from the law 10.639 of January 9, 2003, there is information about Africa and the Afro-Brazilian culture in the religious aspect. As a theoretical methodological reference will be used the reflections of the Italian School of History of Religions, among other authors. Previous analyzes of the material suggest that themes related to religious diversity were addressed after the law, such as millenary religions in Africa and notes on respect for religions and religious tolerance.

Keywords: Religion, Religious diversity, Africa, Afro-Brazilian culture.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás UEG Câmpus Quirinópolis/GO. Pós graduada em Cultura, Diversidade e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Goiás UEG Câmpus Quirinópolis/GO. Mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás UEG Câmpus Morrinhos/GO. Email: dannyellasantos25@hotmail.com

Introdução

O fenômeno religioso é de suma relevância na atualidade resultando em diversos estudos, sendo assim é preciso compreendê-lo em suas múltiplas dimensões e perspectivas, seja por uma abordagem antropológica, sociológica, fenomenológica ou histórico religiosa.

O fato é que, se a religião pode ser analisada segundo diferentes perspectivas (filosófica, teológica, psicológica, etc.), sendo, todavia, a cultura o objeto específico e limitativo do próprio historiador, a partir do momento em que a religião é objeto de pesquisa histórica não pode ser posta de lado sua observação em função de uma *determinada* cultura. (AGNOLIM, 2008, p. 22)

No contexto escolar é essencial abordar temáticas referentes a religião. É preciso que os educadores proporcionem uma prática de ensino que dê ênfase a diversidade cultural, para que assim os educandos possam desde os anos iniciais respeitar a diversidade religiosa.

O livro didático é essencial no processo de ensino aprendizagem, muitas vezes é o único recurso utilizado em sala de aula, assim sendo é necessário uma análise de como os conteúdos estão inseridos nesses manuais, se constam as temáticas exigidas pela lei 10.639/03 ou ainda prevalecem visões eurocêntricas, preconceituosas sobre a África e a cultura afro-brasileira.

O espaço escolar nos permite conviver com diferentes sujeitos, de diferentes pertencimentos religiosos, de múltiplas denominações religiosas e não religiosas. É necessário compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

Desse modo, é preciso exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Partindo das reflexões da Escola Italiana de História das Religiões é fundamental ter a percepção de não trabalhar com a história da religião, mas trabalhar no plural com história das religiões, significa entender e estudar religião,

religiões, religiosidades dentro de uma perspectiva de alteridade e das diversidades culturais. Segundo Eliane Moura da Silva:

A religião é um dispositivo de representação cultural de grande força e eficácia, uma dimensão das representações culturais do mundo, estando sujeita, portanto, a mudanças. Religião e crenças religiosas só podem ser definidas em determinados contextos espaciais e temporais. Desvendar a cultura é revelar as estratégias e dinâmicas de identidade que constituem cada grupo social. A identidade religiosa estabelece parâmetros culturais que influenciam as práticas cotidianas, os lugares, as relações, as posições hierárquicas, as atitudes e as representações. (2011, p. 227).

De fato, a religião necessariamente está relacionada com uma cultura, do ponto de vista histórico não se deve fazer generalizações, analisar, classificar uma cultura com um conceito visto a partir de fora.

A relevância da lei da inserção da história da África após a lei 10.639/2003

A lei 10.639/03 tornou obrigatória a inclusão de temáticas da História da África e da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos do Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras. No art. 26 A § 1º percebe-se que os conteúdos a serem trabalhados deverão dar ênfase à História da África e dos africanos e à cultura afro-brasileira, com a finalidade de resgatar a contribuição desses povos em diversas áreas na sociedade.

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º-O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

§ 2º-Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

A inclusão da história africana e da cultura afrodescendente, demanda dos movimentos negros desde os anos 1970, também vem ao encontro do conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, mais precisamente à defesa da tolerância e do respeito à

diversidade como sendo tarefas fundamentais do ensino básico. Em 2008, a lei 11.645 reiterou a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, incluindo também a História e Cultura Indígena.

De acordo com um percurso histórico busca-se entender que as lutas políticas, históricas, sociais e jurídicas foram importantes para o desenvolvimento do projeto de igualdade racial no Brasil que desencadeou tantos eventos, congressos, leis e pareceres que tratam sobre as relações étnico-raciais. Essas lutas se iniciam desde o período da escravatura se estendendo até a promulgação da Lei nº 10.639/03 que se estabelece no campo da educação chegando à atualidade. (FERNANDES, MARQUES, ROCHA, 2019, p. 48).

Vale ressaltar que a lei 10.639 é um dos primeiros projetos de lei oficiais do governo Lula e foi apresentada em 1999 pelos representantes do Partido dos Trabalhadores Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira na câmara dos Deputados. Foram necessários quatro anos até a sua implantação. De fato, a implementação da lei é vista como um marco das políticas antirracistas e importante instrumento para tornar a escola um lugar que possibilite um amplo trabalho de conscientização, valorizando a diversidade cultural.

Alguns ainda insistem em mencionar os povos africanos como sendo de cultura inferior, ao invés de abordá-los sob o prisma da alteridade ou das diferenças culturais. Também há uma tendência de referir-se à África como um continente homogêneo, miserável e de clima tórrido. Na verdade, a África não é uma, mas muitas. Como sintetizam os versos de Rogério Andrade Barbosa:

África
de florestas, pântanos,
desertos, estepes, savanas,
rios, mares e montanhas infindáveis. África de
monumentos históricos talhados em blocos de pedra.
[...] África de povos
Urbanos, agrícolas e pastoris.
África de múltiplas etnias,
Culturas, línguas e religiões.
[...]
(BARBOSA, 2007, p.7).

É preciso reconhecer a História da África em perspectiva africana, de modo a superar o paradigma eurocêntrico. Para tanto, é fundamental trazer para os livros didáticos as contribuições dos historiadores africanos e africanistas da época da descolonização – presentes na coleção *História Geral da África* (UNESCO). Para que

assim seja possível garantir uma formação consistente e desmistificadora dos preconceitos concernentes à África e aos africanos.

Portanto, a implementação da referida lei é vista como uma estratégia para que a educação escolar dê sua contribuição à eliminação do racismo, da intolerância às religiões de matriz africana na sociedade brasileira.

O livro didático como instrumento no ensino de história

O livro didático é fundamental no contexto escolar, usado como ferramenta no processo ensino-aprendizagem. De acordo com Circe Bittencourt: “os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem” (BITTENCOURT, 2008, p. 295).

Os livros didáticos interferem na formação dos educandos. Para a sua análise, é necessário promover uma reflexão que envolva uma série de questões desde a concepção, uso, produção didática, indústria cultural, formação do educador.

Os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição, mas pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros (BITTENCOURT, 2008, p. 299).

De fato, é preciso problematizar algumas questões, tais como: ideológicas, conceitos equivocados, preconceitos das diversas formas trazidas nos conteúdos nas épocas em que foram redigidos. É preciso verificar, ainda, se há ausência de temáticas que foram relevantes na história; se as “minorias” ou grupos oprimidos (às vezes, majoritários na população) ficam à margem, aparecendo de forma superficial nesses materiais.

Os livros didáticos têm um papel de suma relevância no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, proporcionando a elaboração dos conhecimentos. Muitas vezes a prática de leitura acaba sendo imposta pelo educador, que obedece as autoridades educacionais e autores dos manuais, seguindo as interpretações trazidas no material, sem abrir espaço para as demais interpretações.

Nesta perspectiva, o livro didático acaba sendo um transmissor de valores, ideologias, proporcionando reproduções na historiografia, dando espaço apenas para fatos consagrados no ensino da história, uma dita visão eurocêntrica. Sendo assim, percebem-se ausências, visões distorcidas, estereótipos da temática da história da África, dentre outras.

Atualmente, os discursos dos textos didáticos têm sido analisados, havendo diversas críticas sobre os estereótipos acerca dos grupos étnicos. Há todo um processo de mudança. Vale ressaltar que o manual didático não deve ser o único material utilizado pelo educador. É preciso buscar outros meios para obter uma formação qualificada para mediar os conteúdos.

É necessária uma reflexão sobre o livro didático, pois é, frequentemente, a partir dele que o educando elabora o seu conhecimento sobre si mesmo e sobre outros povos. De fato, os manuais didáticos envolvem construções de identidades coletivas e alteridades, mas também podem reiterar preconceitos.

Segundo Chartier, não existem discursos neutros, uma vez que os grupos ou pessoas responsáveis pela escrita, edição e impressão dos livros (aqui, especificamente, os didáticos) veiculam – e mesmo impõem – propositalmente como verdades as suas posições políticas, econômicas, sociais e culturais, com a finalidade de serem absorvidas e assimiladas pelo público alvo. Nas palavras de CHARTIER (1988, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social - como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas -, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.

O livro didático é uma ferramenta que contém representações oficiais e dos grupos dominantes e que, assim, visa construir uma hegemonia cultural em torno das visões de mundo desses grupos e, em última instância, a manutenção dos seus valores. Contudo, torna-se necessária uma reflexão crítica sobre os conteúdos e as visões de mundo veiculadas nos livros didáticos.

Análise do livro didático Buriti Mais História do 5º ano Ensino Fundamental Anos Iniciais sobre Cultura e Religião

O livro didático “Buriti Mais História, 5º ano Ensino Fundamental, Anos Iniciais” é uma obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. Editora responsável Lucimara Regina de Souza Vasconcelos. A presente obra está de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sobre a estrutura do livro, está dividido em 4 unidades, cada uma contendo 4 capítulos. O foco deste trabalho é a unidade 3 “A vida na Antiguidade”, capítulo 1 “Cultura e religião”, em especial “Religiões milenares da África” e o texto “Para ler e escrever melhor: O respeito às religiões e a “tolerância” religiosa”. O referido livro didático é utilizado nas escolas da rede municipal de Querência/MT².

Pode-se perceber que o manual didático busca apresentar o fenômeno religioso entre as civilizações antigas e a importância dada a este nos contextos social e político. Destaca as religiões na antiguidade: Mesopotâmia, Egito e Grécia; as religiões monoteístas do Oriente Médio tais como “Judaísmo, Cristianismo, Islamismo”; as religiões milenares da Ásia e da África: “Hinduísmo, Budismo, Iorubá.

No primeiro momento apresenta argumentos sobre a religiosidade como um aspecto que era muito importante no dia a dia dos primeiros povos. De acordo com o livro didático:

Os primeiros grupos humanos acreditavam que fenômenos como nascimentos, mortes e mudanças climáticas eram controlados por forças sobrenaturais. Segundo essas crenças, as divindades podiam habitar as árvores, os rios e as rochas e exerciam influência na vida das pessoas. As forças da natureza eram consideradas divindades e, por isso, havia ritos e cultos à natureza. (BURITI MAIS HISTÓRIA, 2011, p. 78).

² O motivo da escolha desse referido livro didático, deve-se ao fato de ser utilizado nas escolas da rede municipal em Querência/MT, município em que atuo como docente.

A definição de rito é trazida como um conjunto das cerimônias que usualmente se praticam numa religião. Fala também sobre o surgimento de cultos em agradecimento a fertilidade da terra que se deu quando os seres humanos começaram a domesticar os animais e desenvolveram a agricultura.

No que concerne à África é mencionado no manual didático que existia uma grande diversidade religiosa na Antiguidade. Uma das religiões mais antigas do continente é a Iorubá, que faz parte da cultura de um dos maiores grupos linguísticos africanos que hoje ocupam a região da Nigéria e outros países. De acordo com os argumentos trazidos pelo livro didático:

Para a religião Iorubá, existe um ser supremo, Olodumare ou Olorum, criador do mundo e também das divindades, chamadas orixás, entre as quais havia reis, guerreiros e personagens históricos associados a elementos da natureza, como o fogo, a chuva e o vento. (BURITI MAIS HISTÓRIA, 2011, p. 82).

É destacado do lado do texto sobre Iorubá, uma foto (Festa de Iemanjá, município de Salvador, estaco da Bahia, 2017) referente ao culto os orixás, que foi trazido ao Brasil pelos africanos escravizados da cultura Iorubá. O contato entre as tradições iorubás e aquelas encontradas no Brasil deu origem aos chamados cultos afro-brasileiros, como o candomblé.

Pode-se verificar que o manual didático trouxe o proposto pela lei 10.639, em que se insere sobre África e a cultura afro-brasileira apresentando a diversidade religiosa existente, a relevância que possui para os povos. Discorreu sobre todas as religiões citadas, em que se percebe que cada povo têm uma determinada cultura.

As representações do mundo social são fruto de construções culturais e históricas. As representações que almejam ser universais foram construídas e forjadas por determinados grupos, interesses e em certos momentos históricos, sendo dotadas de parcialidades e ambiguidades. As representações do social não são neutras e se impõem como autoridades, legitimando determinadas concepções. (SILVA, 2011).

No que tange ao conteúdo percebe-se que é superficial, porém deu ênfase a cultura Iorubá que reflete no tema da cultura afro-brasileira, pois esta é a matriz afro mais difundida no imaginário religioso brasileiro. Trazer essas temáticas para a sala de aula é fundamental para desconstruir estereótipos, visões equivocadas sobre o assunto.

De fato, houve uma preocupação no livro didático em apresentar e diferenciar politeísmo de monoteísmo comparando características de religiões nessas categorias. Buscou-se refletir sobre as crenças egípcias em torno da morte e sobre o significado dos rituais de sepultamento. Destacou aspectos da religião mesopotâmica e da mitologia grega. Apontou sobre a origem das religiões monoteístas e identificar suas semelhanças e diferenças. Propôs uma reflexão sobre a historicidade das religiões praticadas no presente a partir do conhecimento da gênese das religiões entre as civilizações antigas. E proporcionou conhecer as religiões hinduístas, budista e Iorubá, podendo identificar o local em que foram criadas e caracterizá-las em suas diferentes crenças, doutrinas e ritos.

Se cada cultura é fundamentalmente tecida por um próprio sistema de valores, a sua análise histórica ou cientificamente constituída não pode se propor através de um julgamento de valor, na medida em que resulta impossível atribuir-lhe do exterior esse tipo de julgamento(s). Isto se deve ao fato de não existirem valores absolutos abstraíveis de um determinado sistema cultural: motivação pela qual, do ponto de vista de uma perspectiva adequadamente histórico-religiosa, é impossível valorar objetivamente uma cultura qualquer. (AGNOLIM, 2008, p. 23).

Vale ressaltar que o conteúdo foi relevante uma vez que permite aos educandos compreender que cada cultura possui a sua maneira de pensar, tem as suas especificidades, para que assim possam ter reconhecimento e respeito pela pluralidade cultural.

Para finalizar o capítulo, trouxe um texto “O respeito às religiões e a “tolerância” religiosa”, com o objetivo de propor uma reflexão sobre os conceitos de tolerância e intolerância religiosa para ajudar a compreender a importância de atitudes de respeito e aceitação do outro.

No primeiro momento menciona que no Brasil, assim como em diversos países, a sociedade é constituída por povos com diferentes vertentes religiosas. Segundo o manual didático:

Algumas dessas religiões têm crenças, regras de conduta e até ritos em comum, e outras têm credos e costumes totalmente diferentes. Desde a Antiguidade, povos com diferentes religiões conviveram e mantiveram relações. Os egípcios e os povos da Mesopotâmia tinham crenças religiosas diferentes, assim como os persas e os indianos. (BURITI MAIS HISTÓRIA, 2011, p. 84).

De acordo com o texto, apesar de muitas religiões terem como fundamento o respeito, a relação entre os grupos religiosos nem sempre é pacífica. Alguns grupos

religiosos acreditam que a sua crença é a única verdadeira e não aceitam ou não respeitam a fé, os cultos, as cerimônias e liturgias de outras religiões. Esse comportamento é chamado de intolerância religiosa.

Nesse direcionamento, mencionou sobre o artigo 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, coloca “a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos como um caminho para a manutenção da paz entre as nações. No Brasil, a Constituição de 1988 também assegura a liberdade de crença religiosa e a proteção aos cultos e liturgias, isto é, defende a coexistência pacífica e o respeito às diferentes matrizes religiosas.

Destaca que essas ações visam criar medidas que busquem a tolerância religiosa entre os povos. O texto propõe a seguinte reflexão:

Mas o que é tolerar? Se olharmos em um dicionário, o verbo “tolerar” está relacionado à idéia de “suportar algo” que não nos agrada. Isto é, o termo já pressupõe a “não aceitação” do outro. No entanto, convencionou-se utilizar a expressão tolerância religiosa com significado de aceitar o outro e respeitar as diferenças de credo. (BURITI MAIS HISTÓRIA, 2011, p. 85).

Partindo desse texto, pode-se ressaltar sobre a intolerância específica em relação aos preconceitos que foram desenvolvidos a partir da escravidão negra, que não veio abordado nesse texto, as religiões de matriz africana são vítimas de um preconceito por estarem ligadas a religiões de pessoas que foram escravizadas. Cabe destacar que no livro didático trouxe outro exemplo de intolerância religiosa, neste caso é válido a intervenção dos educadores, que tragam outros exemplos tais como referente a Umbanda e Candomblé.

É evidente que hoje não se admite o uso de termos preconceituosos como crendices, superstição, feitiçaria, bruxaria e ou expressões ultrapassadas como animismo e fetichismo, que foram empregados com frequência por estudiosos no passado e continuam sendo difundidos pelos meios de comunicação ao se referirem às religiões de origem africana, visando negar-lhes seu caráter religioso específico. O termo sincretismo, no sentido objetivo (Droogers, 1989) entretanto, se distingue daqueles termos preconceituosos e não possui conotação valorativa, a não ser a que lhe é atribuída pelos que não gostam de utilizá-lo. (FERRETI, 1998, p. 188)

Dessa forma, o preconceito e a discriminação contra as religiões de matriz africana presentes hoje no Brasil impostas aos adeptos tanto de Candomblé como Umbanda, não podem mais ser aceitos. Como afirma Munanga “o preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um

grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro” (MUNANGA 2006, p.181).

A efetiva implementação da referida Lei 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana, deve ser vista como um meio para reparar, reconhecer e valorizar a matriz africana em todos os aspectos.

Mas as religiões afro-brasileiras como estavam constituídas até essa época podem ser consideradas ainda como religiões de negros. Ainda eram até mesmo controladas pela polícia e pela saúde pública. A própria umbanda, que fez um enorme esforço para se apresentar à sociedade branca como religião branca (Ortiz, 1978), ainda era olhada com muito preconceito. (PRANDI, 1998, p. 158).

A intolerância em relação à religião como prática cultural pode ser associada ainda a uma demonstração de etnocentrismo, uma vez que tal conceito antropológico define aquele que considera a própria cultura superior a outra e, por isso, menospreza ou discrimina outras culturas e religiões. Cabe aos educadores ressaltar que não existe cultura superior ou inferior, mas diferenças culturais que devem ser respeitadas.

Pode-se verificar que o racismo e a discriminação remontam à escravidão e que desde o Brasil colônia rotulam tais religiões pelo simples fato de serem de origem africana, e, pelo outro, a ação de movimentos neopentecostais que nos últimos anos teriam se valido de mitos e preconceitos para "demonizar" e insuflar a perseguição a umbandistas e candomblecistas.

O neopentecostalismo, em consequência da crença de que é preciso eliminara presença e a ação do demônio no mundo, tem como característica classificar as outras denominações religiosas como pouco engajadas nessa batalha, ou até mesmo como espaços privilegiados da ação dos demônios, os quais se “disfarçariam” em divindades cultuadas nesses sistemas. É o caso, sobretudo, das religiões afro-brasileiras, cujos deuses, principalmente os exus e as pombagiras, são vistos como manifestações dos demônios. Uma outra face desse processo é, paradoxalmente, a “incorporação” da liturgia afro-brasileira nas práticas neopentecostais de algumas igrejas..(SILVA, 2007, p.207).

Segundo Silva, o ataque as religiões afro brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, é consequência do papel que as mediações mágicas e a experiência

do transe religioso ocupam na própria dinâmica do sistema neopentecostal em contato com o repertório afro-brasileiro.

Como argumenta Eliane Moura da Silva (2004, p. 6), é necessário o respeito para conhecer não só o lugar que estamos como também onde os outros estão em “relação à fé e às crenças leva-nos a desenvolver um sentido de proporção no amplo campo das religiões, religiosidades, experiências religiosas - onde todos devem ser ouvidos e respeitados”.

Dessa forma, toda cultura se articula com o código a partir dela mesma, então elabora conceitos, representações que são próprios daquela cultura, quando uma pessoa vem de fora com outros conceitos e tenta entender aquela cultura sem ouvir em sua alteridade provavelmente alguma coisa não vai dar certo nesse processo.

É preciso abordar as religiões de matriz africana no ensino de história, para que haja inserção e reconhecimento, uma exploração aprofundada das raízes da pluralidade cultural e relações étnicas, estabelecendo diálogo que problematize e reflita sobre as relações étnico-raciais na sociedade.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se concluir a relevância do fenômeno religioso, uma vez que está presente em todas as culturas. Trazer temáticas sobre o aspecto religioso, incluindo a África e a cultura afro-brasileira é essencial para desconstruir estereótipos, visões negativas que prevalece nos dias de hoje. A escola é um ambiente fundamental para construir valores, atitudes de respeito ao próximo. É necessário que os educadores em sua prática proporcionem reflexões para que os educandos possam compreender e combater situações de intolerância religiosas assim sendo propor diálogos sobre as religiões processadas hoje, tais como Candomblé e Umbanda, como as demais manifestações religiosas que tem suas matrizes africanas. Pode-se perceber que muito ainda deve ser feito para desconstruir visões equivocadas principalmente as que se referem as religiões de matriz africana que são vistas com desconfiança por grande parte da população e consideradas inferiores ao catolicismo, ao protestantismo, ao judaísmo, ao budismo e outras. É preciso desconstruir visões eurocêntricas, mentalidade racista, discriminadora e propor uma

educação pluricultural e inclusiva, apresentando a grande diversidade existente. Percebe-se que mesmo após a promulgação da lei, os livros didáticos apresentam as discussões de maneira superficiais, ainda é preciso discussões profundas, para realmente combater o racismo, a intolerância religiosa presente na sociedade.

Referências bibliográficas

AGNOLIN, Adone. O debate entre História e Religião em uma breve história da História das Religiões: origens, endereço italiano e perspectivas de investigação. Projeto História, São Paulo, n.37, p. 13-39, dez. 2008.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.

Buriti Mais: História/Organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Lucimara Regina de Souza Vasconcelos. – 1 ed. São Paulo: Moderna, 2017. Obra em 5 v. do 1º ao 5º ano.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acesso em 25/07/2021.

FERNANDES, V. M. D. C. ; MARQUES, W. R.; ROCHA, L. F. B. V. A lei nº 10. 639/2003 e alguns percalços para sua implementação nas escolas: um destaque para a formação específica dos professores no âmbito do atendimento voltado às relações étnico-raciais no Maranhão Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores Vol. 11, nº. 22 (p. 45-58) 31 dez. 2019

FERRETI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, 1998.

SILVA, Eliane Moura da. Entre religião, cultura e história: a escola italiana das religiões. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 225-234, jul./dez. 2011.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. MANA 13(1): 207-236, 2007.